

Tavares dos Reis, Eliana. **A posição da brigada militar frente às problemáticas sociais contemporâneas: concepções de violência, cidadania, direitos humanos e segurança pública entre a oficialidade gaúcha.**

En publicacion: Informe final del concurso: Democracia, derechos sociales y equidad; y Estado, política y conflictos sociales. Programa Regional de Becas CLACSO Programa Regional de Becas CLACSO, Buenos Aires, Argentina. 2000.

Acceso al texto completo: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/1999/tavares.pdf>

Fuente: Red de Bibliotecas Virtuales de Ciencias Sociales de América Latina y el Caribe de la red CLACSO - <http://www.clacso.org.ar/biblioteca>

A Posição da Brigada Militar Frente às Problemáticas Sociais Contemporâneas: concepções de violência, cidadania, direitos humanos e segurança pública entre a oficialidade gaúcha.

Eliana Tavares dos Reis*

1-Introdução

O presente trabalho propõe uma discussão acerca das relações estabelecidas entre instituições públicas especializadas no âmbito da segurança pública e as concepções geradas no interior das mesmas no que tange às seguintes temáticas: *Violência, Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública*. Deste modo, a abordagem adotada prioriza, por um lado, o encontro entre instâncias políticas encarregadas de alguma forma com as políticas de segurança, para, a partir disso, compreender o lugar em que as noções

* Bacharel em Ciências Sociais e mestranda em Ciência Política do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil/RS).

supracitadas ocupam nesta problemática e, por outro lado, a produção de sentidos atribuídos a tais noções e seus usos no contexto de uma instituição específica: a Brigada Militar de Porto Alegre (Rio Grande do Sul/Brasil) no final da década de 90.

A importância de se tomar a instituição policial-militar (Brigada Militar) para um estudo deste tipo, reside no fato de que o desempenho de seu papel institucional se origina e se define pela confluência de diferentes fatores políticos, sociais e institucionais. Ou seja, a atuação da BM e a percepção dos agentes sobre suas atribuições relacionam-se diretamente com a conjuntura política (orientação do governo estadual), com a pauta de problemáticas partilhadas por diferentes atores sociais e com os próprios códigos internos à corporação. Assim sendo, parece pertinente empreender um estudo que estabeleça, em um primeiro nível de análise, a correspondência entre o formato institucional e os atributos sociais dos agentes¹ para, a partir das diversas disposições dos desiguais agentes sociais² concorrentes para ingressar ou progredir na carreira, entender os diferentes mecanismos acionados por estes agentes para o êxito profissional³. E, em um segundo nível, indicar alguns aspectos mais gerais das representações dos agentes com respeito às problemáticas sociais compatíveis com as suas atribuições profissionais, ou seja, questões como cidadania e violência enfocadas na ótica de um oficial ou aluno “brigadiano” revelam um sistema de oposições coerentes com as percepções de mundo no interior da corporação.

Posto isso, os objetivos perseguidos podem ser sistematizados da seguinte forma: 1) revisão histórica em três momentos: a) a história militar no Rio Grande do Sul; b) a formação da Brigada Militar e; c) a implementação dos cursos para oficiais na BM, para compreender os processos históricos de imbricamento de mecanismos políticos e sociais com a formação e desenvolvimento da corporação; 2) traçar o perfil social e profissional dos alunos e oficiais do Curso de Formação de Oficiais; 3) analisar os critérios de seleção da oficialidade; 4) perceber os princípios de produção de discursos referentes aos temas da Violência,

¹ Seguindo as orientações de Louis Pinto, para um estudo deste tipo, qual seja o de buscar em um universo empírico o “...sistema ‘abstrato’ das relações entre o funcionamento de determinada instituição e alguns grupos sociais desiguais sob um certo número de critérios” (1998:15).

² As disposições sociais, consistem nos diferentes possibilidades que se apresentam ao indivíduo no decorrer de sua vida e que são reflexo das suas possibilidades de investimentos materiais, culturais e sociais. Por isso, as origens sociais definem os meios ativados para a obtenção de mais recursos em uma disputa ou, as estratégias passíveis de serem acionadas para a conquista destes recursos.

³ As necessidades de recorrer-se a dados mecanismos para o sucesso profissional e não a outros é que consiste no impacto institucional, pois, revelam as modalidades de obstáculos a serem superados, além das apropriações institucionais feitas pelo agente.

Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública e, enfim; 5) verificar os embates políticos travados em nome da orientação destas questões tendo a Brigada Militar como veículo⁴.

Cabe então explicitar o elenco de indicações privilegiadas. Tem-se uma orientação geral que é a idéia de que há uma constante interação entre o “mundo militar” e o “mundo civil”. Inicialmente, pelo peso das origens sociais, escolares, geográficas e profissionais presentes no ingresso na corporação, posteriormente pela importância das classificações sociais existentes nas formas de seleções escolares e militares e, finalmente, pela relevância das concepções e práticas produzidas pela “elite brigadiana” no que tange às definições de problemas sociais. Desta segue-se a linha de que a configuração de políticas públicas se dá, em um primeiro momento, como resultado do trabalho de síntese de apreensão dos problemas sociais, construídos nos processos de objetivação destes problemas, e, num segundo momento, sua implementação ou não apresenta-se também como objeto de disputa dos diversos agentes, com interesses simbólicos e materiais também diversos, e que são compatíveis com a posição que ocupam no espaço de luta.

Estas podem ser apreendidas mais facilmente no seu desdobramento nas seguintes indicações: a) Provavelmente existe uma confluência entre os setores de onde são provenientes os agentes policiais-militares e seus círculos de socialização, as expectativas no que se refere à carreira militar, e os trunfos acionados visando a ocupação de posições privilegiadas na hierarquia institucional. b) Apesar da heterogeneidade dos universos sociais de origem, expectativas e estratégias de ascensão na carreira, é possível que haja uma relativa convergência nas visões e classificações do mundo social em que intervém, que é reflexo do trabalho institucional de internalização de normas e procedimentos valorizados. c) As aproximações dos princípios de classificação do mundo social não significam coincidência nas tomadas de posição políticas sobre as questões do mundo social. Ao contrário, em um nível mais alto da hierarquia da corporação talvez estejam sempre em jogo as definições legítimas sobre as divisões e configurações da “realidade”. d) As divergências explícitas ou implícitas não obedecem, deste modo, apenas às lógicas internas

⁴ Para este conjunto de questões deve-se levar em conta que o contexto específico do Rio Grande do Sul, a partir do final da década de 90, início do século XXI, com a renovação no governo do Estado, a questão se complexifica ainda mais. Observa-se um deslocamento no acento sobre “o que interessa” no condizente à organização da BM. As condições de transgressão de direitos humanos, abusos contra o cidadão, corrupção, etc. por parte dos agentes policiais aliado ao aumento da criminalidade que estavam em evidência na mídia nacional e local, agora passam para um segundo plano ou adquire uma outra elaboração, assumindo uma posição de destaque midiático os diversos modelos capazes de combater a criminalidade, enfim, os formatos institucionais eficientes que, além da busca efetiva por eficiência, configura-se também numa disputa pela autoridade de falar em nome da necessidade de eficiência (BM, governo e mídia).

da instituição, mas competem da mesma forma às lógicas externas de reconhecimento social e político. Neste caso, o espaço político constitui-se em arena privilegiada (ainda que talvez não evidente no cotidiano da corporação) de onde conquistam e mantêm privilégios, status, e outras formas de recompensas.

2-Breve explicitação do aporte teórico-metodológico adotado

Nesta seção serão apresentados alguns eixos conceituais que balizaram o desenvolvimento das etapas de investigação. A explicitação dos referenciais utilizados visa estabelecer as linhas de abordagem privilegiadas no tocante à relação entre o Estado e a segurança pública, à correspondência entre disposições sociais e “vocações” para o exercício profissional e à dinâmica de construção de problemas sociais interligada à execução de políticas públicas.

Logo de início é preciso enfatizar algumas noções concebidas por Max Weber e retomadas nas formulações teórica selecionadas para dar conta dos objetivos deste trabalho. A idéia de *dominação* e, seu desdobramento, é fundamental para a definição das relações de forças que constituem nosso universo empírico - uma organização policial-militar. Diretamente relacionada à noção de *disciplina*, a dominação indica a força de autoridade de fazer-se obedecer, imediatamente e sem contestação, por um determinado grupo de pessoas. Essa noção encontra seu êxito em mecanismos de legitimidade (que são contextuais e definidas historicamente na dinâmica das relações sociais) acionados pelos *dominantes* e reconhecidos pelos *dominados* (Weber, 1993a:pp.57-62).

No que diz respeito à formação do exército moderno, é elucidativa a passagem de Weber em uma palestra sobre o Socialismo, dada a oficiais superiores do exército austríaco:

“O exército moderno nasce no momento em que tudo isso é substituído pela condução direta do príncipe, quando tanto o soldado quanto o oficial (...) deixam de ser proprietários dos meios necessários para travar a guerra (...). Em seguida ocorre nos demais lugares a mesma coisa: os meios de gestão no interior da fábrica, na administração estatal, no exército e nas instituições universitárias, mediante uma organização de pessoal burocraticamente articulada, concentram-se em mãos daqueles que dirigem essas organizações humanas. Tudo isso condiciona, por um lado, do ponto de vista puramente técnico, pelo tipo de meios modernos de realização (...), por outro lado, pela maior capacidade de rendimento do tipo de colaboração humana que se dá mediante o desenvolvimento da disciplina, tanto no exército, como nos ofícios, nos escritórios, nas indústrias e nas administrações...”. (Weber, 1993b: pp. 98-99).

Destaca-se, então, uma organização que se aproxima, em certo sentido, de uma empresa burocrática, que funciona sob as ordens dos superiores (que seguem leis e regulamentos) legitimamente autorizados e desempenha papéis distribuídos de acordo com as “competências” dos agentes. As exigências profissionais

sendo definidas conforme as tarefas dos funcionários. O caráter permanente que adquire a Instituição Militar e as corporações policiais que dela derivam e, conseqüentemente, a necessidade de profissionalização de seus membros incide na formação de uma burocracia.

Tais elementos, repercutem na definição de identidades socialmente construídas e através delas da instituição de competências reconhecidas. Bourdieu concebe a noção de “ritos de instituição” para compreender as classificações que informam códigos de comportamentos sociais objetivos e subjetivos, isto é, que não existem apenas no nível das condutas práticas, mas se refletem sobre os “gostos”, “as escolhas”, “aptidões” e as identidades dos indivíduos.

“...A instituição de uma identidade, que tanto pode ser um título de nobreza ou um estigma..., é a imposição de um nome, isto é, de uma essência social. Instituir, atribuir uma essência, uma competência, é o mesmo que impor um direito de ser que é também, um dever ser (ou um dever de ser). É *fazer ver* a alguém o que ele é e, ao mesmo tempo, lhe fazer ver que tem de se comportar em função de tal identidade...A essência social é o conjunto destes atributos e destas atribuições sociais que o ato de instituição produz como ato solene de categorização que tende a produzir o que ele designa”. (Bourdieu, 1996: pp. 100-101).

Posto isso, no caso de uma seleção profissional supostamente baseada em critérios escolares, como é o caso dos cursos de oficiais, há que se levar em conta os tipos de recursos que possibilitam a aprovação ou não em termos das competências exigidas. Aqui, as noções de *recursos* (ou os meios em Weber) são pensadas como todas aquelas aplicações (herdadas ou adquiridas) que comunicam as estratégias possíveis de serem invocadas por determinado agente, situado em determinado ponto social, em uma dada situação, em contraponto a outros agentes com propriedades também específicas no espaço social. Assim, segundo Bourdieu, todas as “qualidades” de cada agente são “...produtos de um investimento em tempo e em capital cultural” e, os desempenhos (ou chances de escolha dos agentes) nas avaliações escolares estão vinculados diretamente a este espaço dos possíveis (Bourdieu, 1998: p.73).

Ainda no que diz respeito ao aporte teórico privilegiado, é preciso destacar a perspectiva de Louis Pinto que, comungando do esquema analítico de Pierre Bourdieu, propõe caminhos de reflexão pertinentes ao enfoque de instituições militares e princípios de seleção escolar nestes âmbitos. Seguindo as orientações de Pinto, a problemática mais geral seria a de buscar em um universo empírico específico o “...sistema ‘abstrato’ das relações entre o funcionamento de determinada instituição e alguns grupos sociais desiguais sob um certo número de critérios”. Relacionando-se as disposições sociais de dados agentes com a estrutura do espaço institucional, observa-se um nível de compatibilização entre a estrutura das hierarquias sociais e a estrutura

das hierarquias institucionais, apesar de serem os gostos, os valores, os comportamentos, socialmente herdados (na família) ou adquiridos ao longo de uma trajetória social do agente, “graças aos mecanismos coletivos de consagração institucional, parece que as classificações dos agentes [concepções de mundo] só têm como fundamento a instituição: não é ao filho do professor da faculdade que é atribuída a qualidade de ‘espírito filosófico’, mas a uma individualidade que tem a possibilidade de reunir, de forma eminente, todas as características reconhecidas pela escola como superiores” (Pinto, 1998: pp.15 - 33).

Sendo deste modo que os agentes conquistam notoriedades, a partir de capitais simbólicos reconhecidos que possibilitam que ele transite com maior ou menor fluidez em espaços de lutas simbólicas. Esta pista acena para as considerações de Patrick Champagne acerca do “formar a opinião”. Tal como foi demonstrado pelo autor, o processo de complexificação social resultou na complexificação dos campos sociais e, conseqüentemente, dos especialistas capazes de interferir nesses espaços. Nesta dinâmica, ocorre uma significativa intersecção entre a esfera política e a esfera midiática, o que produz o aparecimento de novos agentes envolvidos no jogo político e que transitam entre uma esfera e outra tecendo uma espécie de *lógica específica da intersecção*, a partir da qual podem ser entendidas a busca e manutenção, por parte dos agentes midiáticos, da posição de autoridade legítima a estabelecer o *link* entre a sociedade e o político. Um dos resultados deste fenômeno é o deslocamento do debate político (em substituição das Assembléias e Parlamentos) para a arena midiática. Assim, o deslocamento da disputa resulta, conseqüentemente, na natureza do capital necessário para o êxito político (Champagne, 1998).

A arena de lutas por classificações do mundo social que se desenvolve entre o universo político e o da mídia (ambos com suas derivações de especialidades e representantes híbridos) se reflete na produção de problemáticas sociais. Para as questões relevantes a uma pesquisa com o formato que se propõe, não se pode deixar de considerar as orientações de Remi Lenoir neste sentido:

“É por um processo de consagração estatal que determinados problemas da vida particular e apenas tematizados são transformados em problemas sociais que exigem soluções coletivas, muitas vezes sob a forma de regulamentações gerais, direitos...etc. Tais soluções são elaboradas, quase sempre, por ‘especialistas’ benévolos ou profissionais. Uma das fases essenciais da constituição de um problema como problema social é justamente seu reconhecimento com tal pelas instâncias estatais”. (Lenoir, 1998: p. 89).

A partir do que é definido pelo autor como “reconhecimento como tal pelas instâncias estatais”, o tratamento de problemáticas sociais pelo estado implica numa série de negociações entre competências (disputas por autoridade) que tem referência direta na vida dos cidadãos. Neste ponto, cabe mencionar que o

trabalho de construção das definições de problemáticas legítimo não raro passa pelo crivo das interpretações (não desinteressadas) da imprensa, o que exige que o papel requerido por este ator social seja também tangenciado. Esta investigação, desta forma, situa-se no nível intermediário de análise que privilegia as relações entre o Estado e a Sociedade numa perspectiva descritiva estrutural.

A abordagem adotada aqui segue as indicações de Favre e Jobart que, ao apresentarem seu comentário sobre um manual para estudos sobre “a polícia” organizado por três autores franceses (J.-J. Gleizal, J. Gatti-Domenach e Claude Journés) e com referência à realidade de origem: França.; concebem a instituição policial como resultado de um processo histórico, em que se constitui como agente pouco homogêneo e inserido em um campo de forças onde se encontram não apenas o Estado, mas também os movimentos sociais, os operadores, os juristas, etc. Mais do que isso, segundo Favre e Jobart, ela é também o produto de um complexo processo de institucionalização e deve-se, portanto, ter isso presente como norte básico para o desenvolvimento de pesquisas que tomem a “polícia” como *o* ou *um dos* focos centrais. Nesta linha de raciocínio os autores definem a polícia da seguinte forma:

“... uma instituição de controle social dotada de uma relativa latitude de definição de situações que chamam sua intervenção e que podem neste caso colocar em obra os meios de coerção do qual ela é dotada. Deseja-se dizer, em primeiro lugar, que a atividade policial é menos repressiva que organizadora: a polícia sem parar negocia as condições de sua intervenção, a polícia participa mais que outros a definição coletiva do tolerável e do intolerável e ela contribui fortemente à organizar uma ordem social a qual ela não é exterior mas parte”. (Favre e Jobart, 1997: p. 207).

Comungando desta perspectiva, tenta-se, igualmente, afastar as armadilhas do pensamento não reflexivo que acaba tomando o objeto numa feição jornalística; perigo este sempre potencial quando se trata de noções fortemente carregadas de significados socialmente compartilhados tal como a “polícia” e a “política”. Neste sentido, nos aproximamos dos aconselhamentos de Bayle, um dos pioneiros nos estudos sobre a polícia na França, que já havia ressaltado os perigos da “mistura de reações irracionais e de pré-julgamento ideológicos” a que o pesquisador está sujeito, quando trabalha com noções desta natureza (“política” e “polícia”). Ele ressalta que não irá debruçar-se nas condições de aproximação da polícia com a política, mas propõe-se a refletir sobre as “relações da polícia e da política tentando fazer aparecer como a polícia é suscetível de intervir no funcionamento de *todo* o sistema político, quais que sejam as características desse” (Bayle, 1981: p.512, grifo no original).

Porém, apesar de reconhecer a importância e complexidade do trabalho que o autor desenvolve no sentido de dar pistas no que concerne às conexões íntimas entre as configurações da “polícia” e as da “política”, nos afastamos do seu enfoque sistêmico e funcionalista com vistas a dar conta da dinâmica de interação entre o *sistema político* e o *sistema societal*, na marcha em que se localiza então a polícia, bem como da restrita validade explicativa de um trabalho deste porte, realizado apenas, como foi o caso, a nível teórico, sem comprovações empíricas.

Um trabalho equilibrado teórico e empiricamente, a partir de uma perspectiva histórica, é o de Bretas, que pretende conceber (mas somente aponta para) uma teoria para explicar os motivos da crise do sistema de polícia criminal no Brasil urbano contemporâneo, centrando-se no “exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro entre 1907 e 1950. Desta forma, para dar conta da formação de uma cultura policial, duas proposições-chaves podem ser extraídas, daquelas destacadas pelo autor para identificar como as frações inferiores da polícia articulavam seus comportamentos e suas visões mundo. Uma delas se refere à autonomia policial frente aos mecanismos eficientes de controle estatal, e a outra seria a evidência de que uma das motivações para a busca e o empenho no êxito da carreira policial seria as chances do uso de cargos mais elevados na polícia para o acesso a carreiras mais nobres na esfera legal (Bretas, 1997).

Esta dinâmica teria sido firmada com a consolidação da polícia como grupo profissional especializado, detentor de um saber específico. Partilha-se desta idéia do autor, ainda que ele esteja trabalhando em um outro nível, de que a carreira policial pode ser tratada por meio das modalidades de ascensão ativas e que isto é mais profícuo desde a constituição da mesma enquanto grupo de especialistas. Da mesma forma, comunga-se com aqueles “historiadores críticos”, tal como ele define, que privilegiam a análise de seleção e treinamento para a compreensão dos processos de construção das representações

partilhadas. No entanto, discorda-se da sua crítica de que a origem social não tem capacidade heurística, uma vez que em instituições como, por exemplo, academias militares, a imposição de um princípio institucional é indubitável (Bretas, 1997).

No momento em que o agente está imerso no âmbito institucional, é claro que é preciso dar conta das representações transmitidas neste universo. Porém, é igualmente necessário entender as formas de assimilação destas representações que, se são assimiladas, logo devem ter alguma compatibilidade com as expectativas dos indivíduos ali presentes, ora para apreender esta compatibilidade é preciso capturar as características sociais que informam essas expectativas desde a procura, ingresso e ascensão na carreira. O aporte de Bretas acaba incidindo em sua opção por deter-se nos comissários de polícia que foram selecionados via concurso em detrimento daqueles ingressos por recomendações políticas, o que deixa de lado a lógica fascinante de fidelidades pessoal e política que comportam as indicações de cargos e prebendas (Bretas, 1997).

Já no que tange a questão da violência, nesta breve revisão é preciso referir a um trabalho cujo tema está muito diretamente relacionado ao proposto aqui e possui alguns pontos de aproximação e muitos de distanciamento em termos analíticos. Trata-se da pesquisa desenvolvida por Maria Victória Benevides acerca da “violência, povo e política: violência urbana no noticiário da imprensa”. A autora realiza um estudo sobre a imagem da violência transmitida pela imprensa, sobretudo em jornais do Rio de Janeiro e São Paulo, no período de dois anos, o que já demonstra sua utilidade quanto às estratégias de análise do material de imprensa pretendido no projeto que se está sugerindo (Benevides, 1983).

Segundo a autora, “a imprensa tornou-se o veículo natural para a divulgação cotidiana de noticiário de violência e de criminalidade, assim como o espaço para a discussão de suas causas e de propostas para seu combate”. Desta forma, a imprensa acabaria por dar tamanha ênfase para a “violência” e para a “criminalidade” que, *a priori*, poderia não ter correspondência com a realidade, mas de alguma forma colaboraria para a motivação de práticas violentas. De qualquer forma, a predileção pelo tema “violência” por parte da imprensa, apesar de não ser o alvo principal deste projeto, obedece a lógicas complexas que não podem ser colocadas de lado sob risco de uma denúncia arbitrária (Benevides, 1983:p. 24).

Para os objetivos propostos neste projeto, importa é a ocorrência de um deslocamento de problemáticas sociais para o âmbito da imprensa, que reivindica a posição de porta-voz legítima do social e, para conquistar tal posição, opera uma série de articulações, estratégias, etc. que devem ser entendidas na sua dinâmica específica. Apesar de Benevides não estar apenas preocupada com o que é divulgado, mas com o que ocorre de fato, isto é, com o as ações violentas dos policiais, dos infratores, e com o impacto midiático na

vida das pessoas; e o trabalho proposto aqui atento, principalmente, para um nível mais elevado da hierarquia policial-militar em que se articulam os princípios institucionais e a lógica política, bem como a construção de políticas públicas de segurança formuladas nestes embates, é necessário evidenciar que não raro as discussões se desencadeiam nos processos como descritos pela autora e, por isso, não podem ser desprezados.

É preciso, ainda, marcar a perspectiva de análise de construção de políticas públicas adotada. Para a o objeto em pauta, utiliza-se uma concepção dinâmica e específica da formulação de políticas públicas, neste caso, de segurança, com base nas representações dos agentes. Desta forma, assume-se a asserção de Bruno Jobert que traçou um referencial de análise aplicado diretamente às políticas públicas, buscando os elementos definidores do sistema de representações presentes no encaminhamento de políticas públicas. Este aponta os empreendimentos de classificação da realidade social operada pelos agentes envolvidos e a mobilização de um certo saber e certas normas sociais, com vistas a garantir uma intervenção legítima e eficaz nestes processos (Jobert, 1992).

O referencial das políticas públicas, concebido por Jobert, contempla duas dimensões: a primeira comporta o cabedal de crenças, de valores e de técnicas que conformam o universo das políticas públicas; a segunda explicita o conjunto de fórmulas vivenciadas e que viabilizam responder aos problemas que se apresentam. Para tanto, o referencial deve levar em conta não só as disputas de palavras travadas nas formas de comunicação política; mas também dissecar o clima ideológico estabelecido que indicam o encontro de representações dos diferentes grupos sociais que formam a opinião pública. Ele precisa, então, dar conta dos recursos nos diferentes fóruns profissionais onde se forma um saber sobre a construção das políticas (Jobert, 1992).

O referencial acima apresentado procura orientar a operacionalização dos níveis de análise tratados a seguir: 1) influência da formação histórica na construção de um *ethos* militar e a influência da esfera política neste processo; 2) o recrutamento, as disposições e as tomadas de posições de agentes responsáveis pela área de segurança pública; 3) o contexto político atual, seus atores, suas lutas e a imposição de uma agenda.

3-Cenário Histórico: algumas considerações sobre a intervenção da esfera política no processo de construção do *ethos* militar sul-rio-grandense

No que tange a revisão histórica, a reconstituição, ainda que parcial, da dinâmica socio-política gaúcha visa: 1) desvendar as condições históricas que definiram a atribuição de uma “cultura” bélica ao Rio Grande do Sul (Brasil) e que, de uma forma ou de outra, permitem compreender uma série de lógicas que

perpassam a corporação policial-militar deste estado e, 2)apresentar as condições de surgimento do sistema de ensino preparatório para a carreira propriamente militar e, para os nossos fins, dos “brigadianos”, definindo então o movimento de profissionalização da mesma

Pode-se apostar em um possível consenso sobre as características singulares sul-rio-grandense na historiografia. O Rio Grande do Sul apresentou-se durante mais de um século como palco de guerras incessantes. O Litoral sul e Foz do Prata serviram de paisagem para as disputas entre Espanha e Portugal e, depois, entre Brasil e Argentina. A posição fronteiriça fazia com que a região se moldasse a uma cultura bélica pela autodefesa. O século XIX, foi marcado pela arregimentação pró-republicana e pela mobilização federalista (esta entre a maioria da elite política local) e, além disso, a região teve que se adequar aos novos tempos definidos desde 1870 por uma série de modificações econômicas, como o cercamento dos campos, a crise do charque e o domínio dos frigoríficos ingleses no Prata. Tal processo acarretou a modernização da produção pecuária, reduzindo a necessidade de contingente humano nesta atividade (Love, 1978 e Pinto, 1986).

Possivelmente, o processo de urbanização do estado tenha tido por veículo as necessidades militares de defesa do território antes que a divisão racional do trabalho proporcionado pela indústria pecuária. Assim, a posição estratégica do território foi o principal patrocinador de um formato militar combatente tendo em vista a fatalidade de suas ações. A militarização se deu por meio das *necessidades patrimoniais* da região de governo local, no qual a arregimentação de contingentes era a única forma de suprir a inexistência de uma ordem burocrática através do estabelecimento de obrigações litúrgicas. Sobre as especificidades da militarização no Rio Grande Sul, Uricoechea coloca, em primeiro lugar, a existência de uma prática militar racional direcionada à proteção do território nacional (nas contendas externas), de conflitos internos e, ao longo da sua história a de defesa da própria vida. Assim, este estado contrapunha-se aos líderes militarizados do “norte” que podiam permutar este sentido de resistência, de defesa e sobrevivência (próprios do sul) por uma “estilização de vida”, por um “encantamento militar do mundo” (Uricoechea, 1978).

Em segundo lugar, o regime pastoril realçava estas peculiaridades, uma vez que direcionaria à “...valores militares, tais como o heroísmo, coragem, e o ideal de virtuosismo militar, e o abafamento das formas estilizadas de fidalguia, tão desejadas pelos senhores de terra do norte”. Também, a débil estrutura patriarcal da estância teria colaborado para a constituição de um *ethos* militar rio-grandino particular, pois o sistema pastoril aí característico não viabilizava a constituição de laços permanentes e de comprometimentos e, portanto, de uma formação cultural forjada por uma estrutura patriarcal (Uricoechea, 1978:p. 228).

Finalmente, o contato com uma milícia profissional (parte significativa do exército nacional concentrava-se nas fronteiras) regida por uma lógica burocrática, impessoal que, de certa forma, incidiu na corporação patrimonial gaúcha: “Na fronteira sul, o exército e as milícias coalesciam no Minotauro guerreiro do estado burocrático patrimonial” (Uricoechea, 1978: p. 229).

As características oposicionistas do sul foram modelando-se na combinação de fatores geográficos, econômicos, políticos e sociais *sui generis*, quando comparados ao resto do país. A ambigüidade das relações com o governo federal, em face ao PRR (Partido Republicano Riograndense) não comungar com o caráter liberal e oligárquico dos demais partidos envolvidos no pacto da política dos governadores, grande parte devido a não congregação no PRR, inversamente ao resto do país, da totalidade da elite política e econômica em torno de seu projeto de governo. Ao contrário, se apresentaram como elemento de ruptura intra-elite. Tiveram, portanto, que buscar a legitimidade política em outros grupos, o que também determinou a busca de uma prática política distinta, cujos elementos principais foram: o caráter autoritário do governo e o recurso à força para garantir-se no poder (vultosos gastos com a formação da Brigada Militar e da Guarda Municipal) e, do ponto de vista doutrinário, a ênfase positivista na transparência pública, a concepção do Estado como representante de todos os grupos sociais e a rígida disciplina partidária (Pinto, 1986).

O PRR aproximava-se muito das perspectivas do exército federal, primeiramente devido ao cultivo comum dos valores positivistas, tendo como consequência os laços proporcionados na guerra civil de 1893-1895 e a “lealdade regional” (a “vocação militar do gaúcho”). Além disso, os corpos-militares não conseguiriam tomar o poder (destruindo o revezamento do governo federal entre paulistas e mineiros) sozinhos, encontrando no Partido Republicano Rio-grandense o aliado infalível (Love, 1993:p.198).

A Revolução Federalista demarca a primeira participação da Brigada Militar (sob esta denominação) em cena bélica, junto com o Exército Nacional, bem como brigadas civis e corpos patriotas. Fundada em 1892 pelo republicano, então governador do estado Fernando Abott, a BM é fruto da extinção pelo mesmo da Guarda Cívica e, nasce sob a rubrica de “*zelar pela segurança pública, manutenção da República e do governo do Estado, fazendo respeitar a ordem e executar as leis*” (manual da Brigada). Na verdade, a BM é resultado de um a série de transformações conjunturais que incidiam na reformatação que ocorreram na instituição de uma autoridade policial local ou, dito de outra forma, de uma organização policial militar.

No Rio Grande do Sul, a busca de atendimento de demandas não se baseavam nas reciprocidades litúrgicas mas pelas menções à bravuras, feitos, etc. tão valorizados. Por isso, a condição social do oficial não se constituía em pré-requisito para a admissão ou graduações na carreira, o critério decisivo só podendo ser apresentado como a disposição para o combate. É na metade do século XIX que se institui critérios seletivos

de admissão militar. Isto ocorria devido ao fato de que a posse de uma renda passava a ser indispensável para o suprimento de encargos, ao menos pessoais, dentro da corporação. Esta mudança diminui a distância de extração social entre a corporação e o exército profissional, evitando também um amadorismo administrativo e a promoção de uma especialização da carreira, com a dispensa das elites locais dos serviços ativos.

O pós-guerra evidencia as deficiências da organização militar e a crise que aí se instala (desintegração e debanda dos oficiais), conduz a um novo ajuste dos pré-requisitos de entrada para a oficialidade. Este período, firma pois o que Uriocochea percebe como uma transferência da lógica hierárquica de recrutamento por um “princípio faccioso da patronagem política”. Assim, o envolvimento político que esteve sempre presente transforma-se em preocupação principal, cercando as disputas, fixando ou desmembrando a corporação, definindo carreiras (Uriocochea, 1978).

Todavia, a permanência da lógica partidária explícita não garantiria uma corporação nos formatos de confiança pública que firmaria sua sobrevivência. São acionadas, então, uma série de estratégias calcadas em renovadas percepções da corporação enquanto instituição confiável, gerenciadora da ordem, neutra e, cujo acesso e sucesso depende do preparo físico, intelectual e caráter do indivíduo, estes atributos proporcionados pela própria instituição em seus cursos para os oficiais.

3.1-Histórico do Curso de Formação de Oficiais

Em 1892, então, ocorreu a mudança da Guarda Cívica em Brigada Militar segundo os contornos dos Corpos do Exército Nacional, a estrutura organizativa da corporação, pois, foi modelada pelo exército. Seus primeiros instrutores eram oficiais confiados da corporação federal, passando à competência do Estado que dirigia seu ensino o que resultou na estruturação da Unidade de Ensino da Brigada Militar

As primeiras atividades de ensino da BM foram as “escolas regimentais” visando a alfabetização de oficiais. O aperfeiçoamento destas unidades de ensino culminou na sua divisão e prolongamento. Em 1916 o Tenente Coronel Afonso Emílio Massot cria dois níveis de instrução: o primeiro, de 1.º grau, para os “praças” (também chamados “inferiores” pois estão no último degrau da hierarquia institucional); o segundo, de 2.º grau, para os graduados (aqueles possuidores de alguma distinção hierárquica)⁵. Além disso, o Ten.-Cel. Massot, funda o Curso de Ensino da Brigada Militar, que significava a possibilidade de mais dois anos de estudo⁶. Em 1918, o mesmo oficial organiza um curso propriamente para a formação de oficiais, o CPM (Curso de Preparação Militar). Este curso, com duração de um ano e cinco meses, contemplava em seus itens,

⁵ As disciplinas oferecidas na escola de 1.º e 2.º graus eram as mesmas sendo que esta última com mais pontos a serem desenvolvidos. São elas : português, aritmética, noções de geografia e história pátria, organização militar.

não apenas uma formação escolar geral mas com ênfase no desenvolvimento de habilidades propriamente militares⁷.

Abaixo exibiremos um quadro⁸ que exemplifica o trabalho de codificação da instituição (práticas valorizadas) revelando o cruzamento de mecanismos de seleção escolares viabilizadas por aptidões individuais e os desempenhos (resultado profissional) subordinados à avaliação dos “superiores” (sujeitos à influência de relações pessoais).

Quadro extraído das “disposições diversas” apresentadas pelo Ten.-Cel. Massot para o curso de oficiais de 1918.

<p><i>O candidato à matrícula, além do exame de admissão, deve satisfazer as seguintes condições:</i></p> <p><i>a) ter boa conduta civil e militar;</i></p> <p><i>b) não possuir em seus assentamentos nenhuma nota que o desabone;</i></p> <p><i>c) ter robustez física e boa vista;</i></p> <p><i>d) ter revelado inteligência;</i></p> <p><i>e) ter acentuada vocação militar”.</i></p>	<p><i>A matrícula dos inferiores no Curso será concedida pelo Comandante da Brigada, sob proposta dos comandantes das unidades, à vista de requerimento a eles dirigidos até 31 de maio de cada ano;</i></p> <p><i>A matrícula dos oficiais será concedida mediante requerimento dirigido ao comandante da Brigada;</i></p>	<p><i>Os direitos e vantagens decorrentes da conclusão do Curso ficam considerados matérias de deliberação.</i></p>
--	---	---

Fonte: Histórico e evolução do ensino da Brigada Militar (1990)

Ainda aqui vale colocar que, as promoções na carreira dependiam de indicações feitas pelo comandante geral ao governo do Estado e para ser recomendado o oficial não precisava ter concluído o curso. Da mesma forma, o comandante geral poderia cassar a graduação daqueles que não correspondessem a suas expectativas quanto à “conduta” e “disciplina”.

Neste momento não é possível descrever as séries de transformações que ocorreram ao longo da história dos cursos na Brigada. No entanto, é imprescindível marcar a criação, em 1970, do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) como pré-requisito para o oficial que almejasse galgar postos de Major e

⁶ Cabe sublinhar que nem todos os praças (inferiores) poderiam conquistar um lugar no oficialato. A entrada no “nível superior” dava-se de duas formas: ou pela “competência” no desempenho das funções, ou pela aprovação em exame referente.

⁷ As vagas para este curso eram ilimitadas e opcionais para oficiais e limitadas para “inferiores”.

⁸ Foram selecionados alguns itens considerados mais pertinentes de um total de 30 (Borges, 1990: 27-30).

Ten-Cel. e, em 1976, forma-se o Curso de Formação de Oficiais de Administração (CFOA), cujo objetivo era preencher as funções do quadro de administração. Os oficiais que passariam a constituir este quadro, deveriam desenvolver apenas funções administrativas e de comando de unidade.

O objetivo foi apenas apresentar o formato primeiro dos cursos e alguns elementos históricos que incidiram na construção social de representações sobre um *ethos* militar (diretamente relacionado ao *ethos* da “sociedade gaúcha”) e que esteve sempre relacionado às disputas políticas.

É necessário, ainda, descrever rapidamente o universo empírico no qual centramos nossa análise. A Academia de Polícia Militar é constituída por várias escolas superiores (de Bombeiros, Educação Física, etc.) e, entre elas, a Escola Superior de Oficiais.

A ESO, abrange três níveis de ensino. O primeiro é o CFO (Curso de Formação de Oficiais), que equivale a um curso de 2º. Grau, é dividido em três anos de ensino, cada um condicionando à ocupação de um posto diferente, mas não garante a conquista do mesmo (e isso serve para todos os níveis de curso). Os três anos de CFO permitem a promoção à Capitão. O Mesmo serve para o segundo curso, o CAAPM (Curso Avançado de administração Policial Militar), correspondente a um curso superior, e habilita os já Capitães a tornarem-se Majores e estes a progredirem a Tenente-Coronéis. O último curso, o CPGESP (Curso de Políticas e Gestão de Segurança Pública), é correlativo a um curso de pós-graduação e viabiliza Majores e Tenente-Coronéis a alcançarem o posto máximo na hierarquia que é o de Coronel. O tempo de transição de um posto para outro depende da indicação de um superior cujo acompanhamento pessoal garante o mesmo.

4-Perfil dos Alunos do Curso de Formação de Oficiais da BM

Tendo em vista o esquema analítico adotado e explicitado na seção 2, bem como as especificidades históricas e políticas da instituição no RS verificadas na seção 3, que revelam a intersecção entre uma dinâmica militar e as contingências políticas, cabe neste momento apresentar o perfil dos indivíduos dispostos a ingressar na carreira militar no atual momento da história sul-rio-grandense. Parte-se do pressuposto que há uma afinidade entre as origens sociais dos postulantes aos cargos militares e as expectativas que instituição alimenta quanto aos pré-requisitos e aos atributos valorizados.

Ciente que a transposição de uma agenda de problemas sociais em problemas políticos é mediada pela ação dos diferentes indivíduos que acionam valores e dão novos significados aos temas, procurou-se mapear o perfil da elite que dirige a instituição e a hierarquia que impera no seu interior, bem como a constituição de sentidos atribuídos aos temas tratados segundo as posições sociais e institucionais dos agentes.

Assim sendo, procurou-se, num primeiro nível de análise, estabelecer a correspondência entre o formato institucional e os atributos sociais dos agentes para, a partir das diversas disposições dos desiguais agentes sociais concorrentes para ingressar ou progredir na carreira, objetivando entender os diferentes mecanismos acionados por estes agentes para o êxito profissional. Em um segundo nível, tentou-se indicar alguns aspectos mais gerais das representações dos agentes com respeito às problemáticas sociais compatíveis com as suas atribuições profissionais, ou seja, questões como cidadania e violência, vistas na ótica de um oficial ou aluno “brigadiano” revelam um sistema de oposições coerentes com as percepções de mundo no interior da corporação.

A partir dos objetivos expostos, o procedimento metodológico privilegiado segue uma lógica qualitativa e comporta a tentativa de ser compatível com as possibilidades de apreensão do objeto e a perspectiva de análise.

O uso de questionários contemplando questões abertas e fechadas (com predominância das primeiras) apresenta-se, neste caso, como um instrumento de pesquisa viável para o acesso aos dados, bem como e, principalmente, coerente ao processo de construção do objeto. Portanto, a utilização desta ferramenta possibilita captar as construções sociais de conformação dos agentes à instituição e, paralelamente, manifestar as classificações institucionais inscritas nas percepções destes agentes com relação ao mundo social.

Para tanto, foi preciso construir um questionário constituído de três fases com indicadores pertinentes às origens sociais (proveniência, profissões já exercidas, profissões dos pais, local de moradia, etc.); relação com a instituição (expectativas no ingresso na carreira, avaliações, atividades que exerce, atividades que gostaria de exercer, patentes, formas de obtenção de graduações, etc.); e definições de problemáticas sociais (violência, cidadania, direitos humanos e segurança pública). Assim, a partir do cruzamento das variáveis, torna-se possível observar a relação entre elas e identificar aquelas relevantes para a compreensão dos mecanismos de seleção e percepções dos agentes.

No que toca as origens sociais, as variáveis comportam um conjunto de bens e práticas que, ao serem comparados com a totalidade do grupo, fixa a condição social do mesmo em relação aos demais. Quanto à relação com a instituição, observam-se os processos de entrada e sobrevivência na corporação no esforço de perceber o resultado da dinâmica institucional em relação ao agente e deste em relação à instituição. Enfim, com base na definição de problemáticas sociais pelos agentes, pode-se assimilar a autoridade com que falam das mesmas e, finalmente, sugerir a participação de uma instituição (a organização

policial-militar em pauta), através de seus porta-vozes que objetivam a existência da mesma, no trabalho social de produção de categorias que exprimem a “realidade social”.

O universo de investigação neste nível será de aproximadamente de 60 questionários para uma população de 70 “alunos-oficiais”, abarcando praticamente a totalidade das informações. Entretanto, no que concerne aos oficiais patenteados Capitão, Major e Tenente-Coronel, optou-se por realizar entrevistas em profundidade com quinze oficiais distribuídos nas patentes acima mencionadas, utilizando o mesmo questionário com algumas questões readaptadas e melhores desdobradas na situação de entrevista.

O Curso de Formação de Oficiais (CFO) constitui-se formalmente como a primeira etapa de triagem dos candidatos à oficialidade. Neste momento do trabalho, é preciso desenvolver uma breve descrição do perfil dos alunos que ingressaram no curso em 1997 e em 1998. Tendo o curso a duração de três anos, os candidatos encontravam-se cursando o terceiro ano de CFO quando responderam o questionário (1999). Portanto, trata-se de alunos cuja formação teórica se realizou no governo anterior, com critérios e orientações próprias. No momento subsequente, serão delineadas as características sociais dos oficiais.

4.1-Os Alunos-Oficiais

Partimos da proveniência dos alunos. Quanto à origem geográfica, considerando cada cidade isoladamente, a maior parte dos alunos é proveniente de Porto Alegre (38,3%), ficando Santa Maria em segundo lugar com 10,0% e 6,5% vindos de fora do Rio Grande do Sul. A outra metade dos alunos (54,8%) distribuem-se em várias cidades do interior sul-rio-grandense.

No tocante aos motivos dos deslocamentos geográficos, a referência ao mundo militar encontra-se em mais da metade das respostas (55,8%) e inclui desde as transferências do pai e/ou próprias, até a vinda para capital mesmo para cursar o CFO, evidenciando, então, um investimento individual ou familiar neste sentido. A análise desloca-se adiante para o detalhamento de informações referentes a indicadores sobre origens sociais.

Quadro 1: Atividades profissionais anteriores (%)

Militar	23,0	Comerciário	4,90
Estagiário	1,60	Contínuo	9,80
Professor	3,30	Vendedor	6,60
Processamento de dados	1,60	Sapateiro	1,60
Músico	1,60	Cobrador	1,60

Desenhista	1,60	Vigilante	5,10
Nunca trabalhou	37,7	Total	100

No que tange às atividades profissionais anteriores, tem-se que 23% dos alunos oficiais são militares e 37,7% nunca trabalharam. As porcentagens referentes aos demais, indicam a predominância de profissões com baixa remuneração no mercado de trabalho e pouca estabilidade financeira, como é o caso de profissões que dependem dos ciclos de venda da indústria e do comércio. O fato dos terem exercido tais atividades tem relação direta com o grau de instrução obtido por eles até o momento. Pode-se observar isto a partir do quadro abaixo:

Quadro 2: Grau de instrução dos alunos oficiais (%)

2.º grau completo	60,7%
Superior incompleto	37,7%
não informou	1,6%
Total	100%

As informações apresentadas nos dois quadros (profissão anterior e nível de escolarização) permitem estabelecer algumas conclusões preliminares. Isto é, o fato de tratar-se de escolhas que associam a possibilidade de obtenção de um título superior e de uma carreira profissional é compatível com a situação sócio-profissional, bem como disposições sociais herdadas e adquiridas. Estas indicações podem ser reforçadas com o detalhamento das profissões exercidas pelos pais assim como a escolarização dos mesmos.

Quadro 3: Profissão do Pai e da Mãe

Profissão do pai	(%)	Profissão da mãe	(%)
Militar	33,0	Do lar	41,5
Funcionário público	19,8	Professora	22,6
Profissional liberal	10,9	Profissional liberal	15,2
Autônomos (vendedor, comerciante, etc.)	14,5	Autônoma (vendedora, comerciante, etc.)	13,3
Trabalhadores manuais	7,30	Outros	7,60
Funcionário da indústria	5,40	TOTAL	100

Aposentado	9,1		
TOTAL	100		

As duas primeiras linhas do quadro sobre a profissão do pai, destacam o peso de profissões que se desenvolvem dentro de uma carreira em uma estrutura pública (quase 53%), o que parece ter ligação com os esforços efetuados em busca de estabilidade e formação escolar e profissional oferecida nos cursos em pauta. Já no que concerne às atividades profissionais da mãe dos alunos oficiais, sublinha-se o número de donas de casa (41,5%) que é compatível com a possibilidade constante de transferência dos maridos.

Entretanto, 37,8% são professoras e profissionais liberais, 13,3% desempenham atividades autônomas e 7,6% referem-se a outros tipos de profissões. Sendo assim, têm-se 58,7% de mulheres que possuem uma profissão independente do cotidiano doméstico. Apesar de as mães que trabalham representarem mais da metade, ainda assim concorrem com 90,9% de pais com profissão remunerada ativa. A compreensão deste dado exige a apresentação dos dados sobre a escolaridade dos pais.

Quadro 4: Grau de instrução dos pais

Instrução	Mãe (%)	Pai (%)
Alfabetizado (a)	3,30	6,60
1.º grau incompleto	10,2	11,5
1.º grau completo	18,0	11,5
2.º grau incompleto	6,60	4,90
2.º grau completo	27,9	16,4
Superior incompleto	6,60	8,20
Superior completo	24,6	37,7
Não inf.	3,20	3,20
Total	100	100

Do quadro sobre grau de instrução dos pais dos alunos do Curso de Formação de Oficiais, notamos que há uma pequena diferença de formação para os pais e mães no que tange ao nível de ensino. Isto é, se somarmos as porcentagens de “alfabetizado (a)” até o 2.º grau completo, segundo a disposição do quadro, observa-se 66% para mães e 50,9% para os pais o que demonstra uma maior porcentagem de nível superior completo e incompleto nos pais 45,9% em comparação aos 31,2% deste mesmo nível para as mães.

Talvez a diferença de 14,7% de maior formação superior para os pais, aliado a maior heterogeneidade das profissões que originam, seja suficiente para tomar o grau de escolarização do pai como

indicador chave de origem social e permitir estabelecer associações com respostas dadas por seus filhos. Desta forma, fixamos a profissão do pai e a escolaridade dos mesmos como principal indicador de origens sociais.

4.2-Os Oficiais

As indicações feitas até então sobre os alunos oficiais, vislumbraram delimitar o perfil dos candidatos à oficialidade. Este é o ponto de partida para análise da relação entre os atributos socialmente valorizados e seu lugar na disputa interna da hierarquia institucional. Isto é, tentamos apresentar a composição social dos agentes para poder propor as condições de apropriação deste trunfo que é o “título oficial”. No entanto, nosso objetivo é centrar nas classificações institucionais de uma elite burocrática da Brigada Militar, que não é independente das classificações sociais dos agentes. Para tanto, realizamos 15 entrevistas com oficiais graduados que ocupam postos ou apenas administrativos (na maioria Capitães) ou de comando na BM. Não sendo possível quantificar estatisticamente estas informações, optamos por fazer uma rápida descrição do perfil dos oficiais para, imediatamente proceder algumas comparações.

No que tange as idades, os oficiais possuem entre 40 e 46 anos, sendo que um (Capitão) com 37anos. Quase todos são casados, com exceção deste mesmo Capitão que é viúvo e um Major de 46 anos que informou ser divorciado. Nove oficiais têm mulheres que possuem uma profissão remunerada: duas professoras primárias; duas psicólogas; uma médica; uma farmacêutica e uma assessora parlamentar, contra seis que são donas de casa. A maior parte dos casais possui dois filhos (10) para quatro que possuem um e, um que possui quatro. As idades dos filhos variam entre os 8 e os 19 anos.

Quanto aos níveis de escolaridade, todos informaram ter curso superior completo e três referiam-se apenas ao curso para oficiais. Dos doze que tiveram outro tipo de formação superior além da formação obtida no Curso de Formação de Oficiais; 5 fizeram Direito; 2 Odontologia; 2 Informática, 2 Medicina e 1 Ed. Física.

No que diz respeito ao grau de instrução do pai, apenas 3 possuem curso superior completo (Direito, Engenharia e Administração Pública e de Empresas) e 2 superior incompleto (curso de oficiais da BM). A maior parte dos pais dos oficiais possuem o 1.º grau incompleto e, destes, 5 são policiais militares e 1 pedreiro. Dos quatro restantes, três possuem o 2º grau completo (2 policiais militares e 1 comerciante) e um possui o 2.º grau incompleto também comerciante. Já no referente à profissão das mães, 12 delas são donas de casa e 3 possuem uma profissão formal: 1 advogada (com curso superior completo), 1 professora (com 2º

grau completo) e 1 costureira (com 1.º grau completo). Das restantes, 6 possuem o 2º grau incompleto, 5 o 1.º grau incompleto e 2 o 2.º grau completo.

Têm-se, então, 12 oficiais com curso superior (completo ou incompleto), a maioria portanto. Uma constatação a este respeito, refere-se à busca mesmo já no interior da corporação de meios que buscam para manter uma condição e que, principalmente, são utilizados para disputar melhores posições dentro e fora da instituição. Ou seja, primeiramente o agente dispõe de determinados recursos que colaboram na sua entrada na corporação. Posteriormente, quando selecionado, ele utiliza as condições proporcionadas pela instituição (tempo, dinheiro e estabilidade) para galgar um melhor posicionamento social. Além, é claro, de acumular estes recursos para disputar postos altos na hierarquia militar. Esta prática, contudo, não é plenamente instrumental, uma vez que a adoção destas estratégias depende da crença nas regras do jogo e nos critérios de distinção que os fazem funcionar sendo a garantia da eficácia do jogo.

Enfatiza-se a paridade entre as profissões dos pais de oficiais que necessitam de nível superior e aquelas sem tal exigência (três casos em cada). Além disso, há um alto número (9) de pais de oficiais que são militares. Assim, a herança policial é facilmente concebida enquanto ascendente de uma definição por esta carreira por parte dos herdeiros. Algumas lógicas podem ser melhores apreendidas a partir dos casos descritos a seguir.

4.2.1- Três trajetórias exemplares de oficiais

A demonstração de tais lógicas só é viável narrando alguns percursos de agentes considerados representativos das trajetórias recolhidas, ainda tendo como principal indicador de origem social a profissão do pai. Desta forma, escolhemos três casos para relatar, visando contemplar as indicações expostas até aqui: um Capitão filho de um policial militar, um Major filho de um pedreiro e um Tenente Coronel filho de advogado.

Destaca-se que foram selecionados três agentes, com diferentes origens sociais (em termos de profissão e grau de instrução dos pais) e ocupantes de diferentes postos na hierarquia institucional, do oficial menos graduado (o Capitão) ao mais graduado depois do Coronel (o Tenente Coronel). O primeiro dado importante a sublinhar refere-se ao fato de que os três agentes, com diferentes origens sociais e que ocupam diferentes níveis hierárquicos, ingressaram na Brigada Militar no mesmo ano: 1979. Iniciemos então as descrições.

O Capitão

Casado com uma psicóloga e pai de três filhos (14, 12 e 9 anos), o Capitão de 40 anos possui um curso superior incompleto em Informática e, graças a esse, é constantemente solicitado nos âmbitos administrativos da Academia de Polícia Militar para editar trabalhos, levantamentos, informativos, etc. da Corporação Brigada Militar. Além deste curso, fez uma especialização na própria corporação em bombeiro.

Filho de um também policial militar com o primeiro grau incompleto, o Capitão nasceu em Santo Cristo no Rio Grande do Sul mas, por motivos da profissão do pai e, posteriormente, a sua própria, morou em várias cidades do sul do Rio Grande do Sul até chegar em Porto Alegre. Antes de ingressar na BM, com 21 anos, já tinha trabalhado de auxiliar de enfermagem (1977) e balconista de farmácia (1978). No entanto, não vislumbrava no “mundo farmacêutico” uma profissão que lhe garantisse estabilidade financeira e contentamento pessoal. Assim decidiu seguir a carreira do pai, aquele âmbito onde havia sido socializado (os “parceiros” do pai) lhe era tão familiar, que não poderia ser colocado em questão.

Portanto, em 1979, o Capitão ingressa na Academia de Polícia Militar para tornar-se um aluno oficial. Realiza os três anos de curso para tornar-se (1982) aspirante à oficial. Fica apenas um ano nesta situação e, em 1983 ganha sua primeira estrela prateada como 2º Tenente. Esta posição é a mais duradoura. Precisou ocupá-la durante cinco anos até ser promovido a 1º Tenente (1988). Mais cinco anos e chega a Capitão, posto que faz cinco anos que “desfruta”

São, então, vinte anos de carreira até conquistar a patente em pauta, e o Capitão tem justificativas para tanto tempo de profissão e não estar em um posto mais alto: “a evolução na carreira independe do aspecto produtividade”. Mas então, do que depende? “O critério de avaliação que entendo errado. Demasiado subjetivo”.

Mas essa “opinião” não incide no proveito que o Capitão tira dos “ensinamentos” da BM. Suas expectativas foram plenamente correspondidas, quais sejam de “evolução que seja no aspecto profissional, mas especialmente no desenvolvimento intelectual e de agregação”.

Este “desenvolvimento intelectual e de agregação” não é pouca coisa na vida do Capitão, uma vez que implicou num processo mesmo de “reeducação, direcionando o conhecimento no sentido da abrangência e visão universal, geral, bem como sistemática”. Este domínio de uma “visão universal” é fundamental para este agente institucional, uma vez que viabiliza o “preparo técnico para ofertar um melhor atendimento das necessidades da sociedade”.

O Major

Casado com uma professora primária, o Major aos 41 anos tem apenas um filho de oito anos, e isso é facilmente compreensível pois ao longo de seus 20 anos de Polícia Militar, teve que se dedicar plenamente à profissão desenvolvendo atividades como comandante de pelotão de policiamento, comandante de pelotão de bombeiros, chefe de seção administrativa, chefe de seção técnica de unidades de bombeiros e instrutor de escolas.

Proveniente de Cachoeira do Sul, o Major veio para Porto Alegre em busca de melhores oportunidades, chegou a trabalhar como comerciário em 1978 mas logo decidiu ingressar em uma faculdade. Viu no manual do candidato da UFRGS uma referência ao Curso de Formação de Oficiais e, apesar de ter optado por uma faculdade de Engenharia Química, mudou de primeira opção, uma vez que para o CFO havia menos concorrência e, portanto, suas chances eram maiores.

Filho de um pedreiro, o Major tinha como 2º grau um curso técnico em eletricidade mas, com o ingresso na BM, logo nos primeiros anos tratou de realizar um outro curso superior, desta vez em Direito.

O tempo que levou para alcançar o posto de major não foi tão longo. Estando formado no CFO em 1982, no mesmo ano foi indicado à 2º Tenente. Ficou cinco anos e, em 1987, passou para 1º Tenente. Mas o Major, segundo ele: “... trabalhava que nem um condenado, produzia mesmo. Tem caras aqui que não produzem nada e passam na frente de todo mundo porque sempre ficaram por aqui. Eu não, vim do interior, meu pai era pobre e eu tive que me virar. A sorte que um superior me pegou pra fazê as coisas pra ele e eu fazia muito bem. Disciplina e responsabilidade eu tinha”.

Então, em 1990, o Major foi indicado por esse superior à Capitão, o que facilitou a ocupação precoce (em relação a seus colegas) de um posto de Major, em 1996⁹.

O Major entende que a oportunidade dada a ele pelo superior foi graças aos méritos que de fato possuía, como não poderia deixar de ser. Mas repreende toda a forma de proteção baseada em relações pessoais. Inclusive aponta estes como um dos aspectos negativos dos processos de progressão de carreira: “os critérios de ascensão funcional não são justos, não avaliam corretamente o desempenho e possibilita distorções e proximidade pessoal. Deveria haver um regulamento de promoção com critérios bem definidos para quem produz”.

Mas, apesar desta deficiência, o Major só tem elogios para a corporação BM, pois ela lhe ofereceu o “conhecimento do espírito de corpo, volta a conviver com colegas e redefinir e padronizar conceitos, reencontro de novas visões, laços de amizade”. Além disso concretizou sua “realização profissional e

⁹ Este depoimento indica a importância de critérios pessoais e de apadrinhamento na evolução dentro da carreira militar, o que não será tratado aqui pela falta de instrumentos de análise qualificados para isso.

pessoal. Segundo ele: “...todo o meu patrimônio pessoal, adquiri na BM. Meu pai perdeu tudo quando eu tinha oito anos [ele era agricultor]. Se não passasse na UFRGS não ia estudar. Pelo Estado recebi companheirismo, possibilidade de conhecer novas culturas, talvez outros cursos não me propiciassem viajar para Europa...”

O Tenente Coronel

Formado em medicina e casado com uma psicóloga, o Tenente Coronel vem de uma família de advogados (pai e mãe) o que, provavelmente teria “inspirado o gosto pelo estudo de tal forma que conseguiu passar em medicina na UFRGS”.

Nascido em Porto Alegre, formou-se médico em 1977 mas, como recém formado, não visualizava grandes oportunidades de trabalho pois não tinha pais médicos que lhe indicasse o trânsito na profissão. Assim sendo, por “aptidão” prestou o concurso público para oficial médico em 1979 e passou. Por já ter um curso superior tão valorizado, não precisou realizar o CFO sendo classificado como oficial médico. Mas, sua formação era superior a dos colegas provenientes do 2º grau e com apenas aqueles três anos de ensino na corporação. Sendo esta distinção reconhecida pelos superiores, o Tenente Coronel no mesmo ano em que entrou na BM, passou de oficial médico para, simplesmente, Capitão.

A passagem de posto até Capitão foi quase imediatamente à passagem do mundo civil para o mundo oficial. Porém, depois de graduado Capitão, teve que permanecer durante treze anos nesta posição funcional para, em 1992 ser indicado como Major. A progressão de Major à Tenente Coronel é mais rápida, em cinco anos vem a indicação.

Após ter entrado na corporação atrás de oportunidade de trabalho não encontrada para exercer a função exclusivamente de médico, o Major entende que a entrada para a BM foi definitiva em termos de: “incentivo, oportunidade de crescimento individual e institucional, conhecimento de outras áreas administrativas da BM, integração pessoal, valorização institucional”.

Além disso, foi no decorrer desse tempo de BM, que o Tenente Coronel concluiu um mestrado na UFRGS, um doutorado na UNICAMP e mais “outros inúmeros cursos de menor duração”.

Vários elementos que foram expostos durante o trabalho encontram-se sintetizados nestas três “pequenas histórias”. Não temos a pretensão de ser exaustivos nas análises das mesmas. Nosso objetivo é só indicar aqueles aspectos que diferenciam as trajetórias dos diferentes agentes e, suas diferentes perspectivas de vida. Isto não significa dizer que os menos favorecidos estão predestinados ao fracasso (como vimos

acima este não é o caso) nem que os abastados terão sempre as melhores oportunidades. Pelo contrário, a questão a saber é como estes indivíduos com origens sociais tão diferentes manipulam suas estratégias para atingir seus fins e, as possibilidades que se apresentam não deixam de estar correlacionadas àquelas condições socialmente dadas.

No primeiro caso, apesar do agente, inicialmente ter exercido uma profissão diversa daquela do seu pai, logo opta pela carreira militar e nesta obtém “sucesso”. Na verdade, a “profissão” não é “escolhida” como uma profissão, ela é a alternativa dada, não requer uma passagem para o outro lado, ela é a extensão da sua casa, as disposições em relação às suas exigências (físicas e morais) já estão naturalizadas no corpo do agente. A “reeducação” e os “critérios subjetivos” de seleção são percebidos porque constituem os princípios “normais”, o caso é como se ajustar a eles.

No segundo caso, o agente deixa evidentes os recursos que lhe serviram como trunfos para o sucesso. Ao contrário do filho de policial militar, cujo empreendimento na profissão se daria basicamente em termos de ascensão, o filho de pedreiro encontrava nela a possibilidade também de ascensão social. Porém, teria que cumprir os requisitos para merecer entrar neste mundo. Aqui se revelam “insuficiências” sociais a serem supridas pelo “empenho”, a “disciplina”. A manifestação destes valores (naturais para o filho de militar) são usados como armas na disputa, há necessidade de ser notado de alguma forma, estimula-se isso em uma conduta rigorosa de eficiência. A eficácia destas práticas, depende daquele que perceberá tais esforços como merecedores de crédito. Uma vez estabelecida a aliança, deve-se manter o laço (ou o mérito), então o agente cumpre corretamente com todas as tarefas que lhe são propostas e, assim, atinge seus alvos.

O último caso, ilustrou o virtuosismo daquele possuidor de um título escolar socialmente valorizado. Em 19 anos ele chegou ao segundo posto mais alto da Brigada Militar e, seu esforço, foi basicamente em torno da carreira que escolheu: a medicina. Ou seja, ele ingressa na corporação visando estabilidade financeira mas, coloca isso ao lado de uma “aptidão” que só aparece neste momento.

Enquanto, o filho de oficial classifica o retorno institucional em termos de “visão universal”, o filho de pedreiro como possibilidade de “patrimônio”, o filho de advogado concebe a corporação segundo os “incentivos” e “valorização”, isto é, pelos seus reconhecimentos e oportunidades que se referem a possibilidades de aperfeiçoamento profissional (medicina), sendo a instituição, portanto, o veículo. Não estamos dizendo apenas que os agentes responsáveis pela seleção na corporação posicionam-se diferentemente em relação a cada um dos casos, mas que a postura deles diante da corporação também é diferenciada.

Podemos sugerir que existe uma dualidade no formato escolar. Uma dimensão refere-se aos agentes dotados de condições sociais prévias menos favorecidas (sem um título escolar ou não sendo filho de militares) se caracterizarão pelo “esforço” ou “aplicação”. Ou seja, buscarão certos “talentos” progressivamente. Assim apresentam-se, assim são identificados institucionalmente e assim constroem seu discurso sobre a corporação.

Outra dimensão relaciona-se àqueles que precisam despende menos energia para alcançar seus fins e neste momento as condições sociais de existência emergem. Quer dizer, a posse de dados atributos sociais permitem ao indivíduo reconhecer-se e ser reconhecido não como aquele que “empenha-se”, se “dedica ao trabalho”, mas pelas suas qualidades, “disciplina”, “seriedade”, “rigor”, etc. que são concebidas como “inatas”; ele tem essa “facilidade”.

O enfoque de análise que tentamos dar a nossa pesquisa centra-se nas motivações dos agentes sociais, originários de diferentes grupos sociais, a escolherem a carreira militar e os efeitos institucionais sobre essas diferentes trajetórias. O foco foi a seleção de uma elite no interior da organização militar, privilegiando a caracterização dos agentes que a compõe. O objetivo inicial era estabelecer a relação entre as posições sociais dos agentes a posição na hierarquia institucional, amparados por um referencial de análise construído para o estudo de elites. Isto é, agentes com determinado volume de capital (social, cultural e/ou econômico) no espaço social acionam estratégias variadas e operam reconversões que viabilizam a conquista de determinada posição no campo de disputa. A questão aqui, seria a compreensão das diferentes estratégias e suas oposições ao jogo em pauta, que revelam visões e di-visões do mundo social.

Observa-se que o universo empírico é composto por agentes que não possuem uma concentração alta em termos de recursos materiais e/ou culturais. Contudo, isso não exclui a existência de critérios de seleção de uma elite dentro da corporação, nem tampouco que muitos desses critérios levem em conta a posse e os investimentos na obtenção dos referidos atributos.

A partir desta perspectiva, concebe-se qualquer ato propriamente escolar, tal como a seleção de membros de uma elite na polícia militar, como um ato de instituição, em que os agentes dotados de determinadas características sociais distinguem-se dos demais homens sociais, inicialmente quando eles optam por algum motivo por esta carreira e os demais não. Em seguida, na avaliação dos seus méritos e, caso selecionado, distingue-se novamente por avançar para uma minoria que ocupa postos de comando.

A seguir, almeja-se perceber a apropriação desta população das problemáticas sociais reconhecidamente compatíveis com as suas atividades. Neste processo, as origens sociais interagem com os efeitos da instituição.

5-Os princípios institucionais e individuais sob a forma de problemáticas sociais

Este momento da pesquisa, tem por objetivo apresentar a definição dos agentes de dois “problemas sociais”, buscando decifrar a partir destas construções, os princípios de visão de mundo compartilhados na instituição policial militar, apresentados fora dela e disputados com outras esferas. As percepções sobre a “cidadania” e “violência” representam as oposições básicas das percepções sociais dos agentes e fundamentadas em percepções institucionais. Desta forma, estas categorias revelam as representações que concebem a realidade social e que são resultado de lutas estabelecidas pela autoridade legítima de falar e agir sobre ela.

A primeira consideração a ser feita a esse respeito, refere-se a concepção de uma sociedade como desorganizada, indisciplinada, profana onde, a entrada para o mundo militar garante a apreensão de valores e condutas ideais e opostas aquelas do mundo civil: a organização, a disciplina, responsabilidade, a purificação. Estas “qualidades” são sagradas para os homens destinados a manter a ordem, o equilíbrio social. Um aluno do CFO em 1945, examinou em uma publicação da instituição as “qualidades de um bom oficial militar”:

“...RENÚNCIA: ...Na vida comum a renúncia é sinônimo de sacrifício...Pelo juramento que fizemos perante a Bandeira do Brasil, há ocasiões em que renunciamos ao bem máximo que possuímos: a nossa vida...CARÁTER: É o principal atributo de um policial militar. Está relacionado à vontade, conotando idéias de energia, honestidade e coerência. Inicia com a educação no lar, complementa na escola e aprimora-se ao longo da vida....SABER: A cultura profissional e geral, dão ao policial compreensão ampla de sua profissão, acumulada através da experiência e qualificação profissional ”.(Borges, 1990: p.73).

Apesar destas definições terem sido concebidas em um outro momento histórico, em outras condições, não foram poucos os alunos oficiais e oficiais que se remeteram a questões morais e individuais como princípios básicos modelares para o policial militar. Isso se configura nas definições de cidadania. Por um lado, esta é entendida como um valor individual, isto é, como um bem próprio e um atributo do indivíduo que a possui essencialmente e a manifesta nas práticas socialmente valorizadas: “espírito e motivação interna para executar a sua parcela de colaboração para a manutenção da tranquilidade das convivências em determinado local” e “ação em que se deve desenvolver a parte social para com os demais cidadãos sendo justo e humanitário (todos os trechos entre aspas são fragmentos de entrevistas). É fruto da convivência”. São algumas referências exemplares e que podem ser complementadas com expressões do tipo: “liberdade e harmonia”, “prerrogativas do indivíduo”, “viver com dignidade”, “ser justo e humanitário”, entre outras.

Observa-se que na definição de “cidadania” se dá claramente o encontro entre uma idéia de “índole pessoal” e a exaltação da “convivência harmônica na sociedade”.

Por outro lado, sempre são mencionados critérios de avaliação da cidadania como garantias oferecidas aos cidadãos, cuja realização é quase sempre identificada nos atos de autoridade (entre eles os promovidos pela Força militar: Segurança Pública). Acreditamos que isso se deve à visão funcionalista de mundo destes agentes. Quer dizer, assim como cada posto na hierarquia é uma posição determinada que informa atividades a serem exercidas, respeitos a serem exigidos etc., o mundo é pensado desta forma, ou seja: “a sociedade é desorganizada, nós disciplinados, temos por função garantir a ordem pública. Nós temos esta capacidade (dever) e a sociedade tem este direito”.

Da mesma forma é encarada a questão da violência, ou seja, como reflexo do indisciplinamento, do desequilíbrio social, por isso, inevitável e, da mesma forma, assegurando o papel do policial. Em primeiro lugar, a violência (essa “patologia social”), em oposição à cidadania (que são as virtudes e direitos individuais), é estrutural e agride o funcionamento da engrenagem social, são os “desajustes”, “desarmonias”, “injustiças” enfim, “é o resultado de uma série de desajustes sociais que geram um descontentamento e desencadeiam atitudes que agredem o convívio social” e “ato que gera desarmonia entre partes, que ofende a individualidade ou os direitos de alguém”.

Em segundo lugar, assim como a cidadania é explicada pelo comportamento dócil, a violência também é explicada pelos comportamentos desregrados, configurando-se um estado de desajuste social, pois são aqueles que “desmerecem o bem estar dos seres”, “pessoa fora dos padrões normais e morais da conduta”, “pessoa descontrolada”, “rebeldia por motivos pessoais”. Sendo assim, o papel da BM é o de combater este “mal”, ainda que só seja possível defini-lo de forma abstrata e concisa, assim como o possível o “remédio”. Este produzido, segundo os agentes, lançando mão dos mesmos componentes da doença: a violência. Tal como se evidencia a seguir: “a violência é algo que existe na sociedade e que deve ser combatido de forma ofensiva, para garantir a tranquilidade pública” ou “um problema crescente na sociedade, deve ser combatida cada vez com mais rigor, para, assim, manter-se a ordem pública”.

Entre as “qualidades individuais” e a relevância dada ao “convívio social”, posiciona-se, para os entrevistados, os “direitos humanos” mediando esta relação como “regras de convívio”, isto é, “são as regras básicas para que a vivência em comunidade seja pacífica e harmônica, onde a paz e o respeito mútuo fazem da sociedade uma comunidade única”. No entanto, nem sempre estas “regras” são atribuídas indistintivamente e as explicações podem ser agrupadas em dois tipos: um, porque o não cumprimento dos deveres implica em não obtenção de direitos (inclusive os mais básicos), o outro, porque o mundo aparece

como que dividido entre as “pessoas de bem” e as “pessoas do mau”, e estas últimas não podem ser beneficiadas por direitos, enfim “temos que saber distinguir quem são os humanos, e se merecem esse direito”, ou, os direitos humanos “são importantes para que não haja injustiças e para manter a dignidade da pessoa humana, mas muitas vezes os direitos humanos representados por suas entidades, beneficiam o marginal dado ao mesmo idéia de impunidade”.

Nota-se um tipo de apropriação muito específica de um valor constituído com pretensões universais. Absorvido no interior de uma instituição formadora de um *ethos* particular e ao ser manifestado por agentes cujas disposições e socializações já foram referidas (ver as bases sociais de recrutamento) esta noção é resignificada em forma de divisão moral do mundo e de valorização de atributos internalizados nos próprios informantes (disciplina, hierarquia, resignação, etc.).

6-Segurança Pública como espaço de lutas

O objetivo deste tópico é descrever alguns debates travados no decorrer do ano de 1999 e que tiveram como principais protagonistas a Brigada Militar, a imprensa e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, empossado no primeiro dia de janeiro deste mesmo ano (início da gestão do Partido dos Trabalhadores no Governo do Estado). Ressalta-se que não existe o intuito de consagrar pontos de vistas ou avaliar resultados mais ou menos eficientes, mas apenas expor preliminarmente uma dinâmica de luta.

Para tanto, num primeiro momento, a descrição de alguns eventos ocorridos possibilita observar a relevância de princípios já mencionados ao longo do artigo, tais como: “política”, “família”, “mérito” e “hierarquia militar”. O momento subsequente se dedicará a algumas considerações sobre a intervenção da mídia nos debates políticos.

A ocasião de transmissão do comando-geral da Brigada Militar (BM) em 1º de janeiro de 1999, marcou o estopim de uma série de confrontos entre o Governo do Estado e os representantes da BM de até então (responsáveis pela segurança pública no governo anterior). Uma das primeiras discussões suscitadas referiu-se ao vínculo partidário do oficial a ser nomeado comandante-geral da corporação.

Em matéria publicada em 04 de janeiro de 1999, o indivíduo então desempossado do mais alto nível da hierarquia policial-militar, acusava seu sucessor de transgressão da constituição de 1988, que define a impossibilidade de filiação a partidos políticos por parte de oficiais e praças das polícias militares, contrapondo com a afirmação de imparcialidade do governo anterior, cujos critérios de avaliação recairiam nos aspectos técnico e profissional do indivíduo, sendo as “questões políticas” tratadas pelo secretário de Segurança Pública daquele governo.. A origem da crítica pode ser verificada na própria matéria jornalística

que transcreve as palavras do comandante recém empossado neste ato: “Agradeço ao PT, meu partido” (jornal Zero Hora, 04/01/99:p.10).

Sobre isso, cabe mencionar que o peso atribuído à capacidade técnica e profissional não existe desvinculado de princípios políticos, quando tomados em sentido mais amplo. Ou seja, a competência técnica sempre vem apenas para afirmar ou incrementar “capacidades” e “valores” previamente acumulados, e estes sempre desigualmente distribuídos. Deste modo, acreditar que uma posição ocupada segue rigorosamente critérios técnicos e profissionais, é ocultar uma diversidade de operações de triagem que se dão dinamicamente no mundo social e que são compatíveis como os capitais herdados ou adquiridos, que são definidores de posições em campos específicos e de competências legitimamente reconhecidas.

Assim, nesta mesma linha de raciocínio, tem-se que as condições sociais de existência do sujeito (produtoras de disposições sociais que, por sua vez, definem as visões de mundo e tomadas de posição nele) informam o espaço de possibilidades em que ele empreenderá seus movimentos. Um bom exemplo disso, é ex-comandante em pauta que, no mesmo ato solene de transmissão do comando-geral da BM, tentou transmitir para seu filho, também seguidor da carreira, sua espada antes de passar para a reserva (utilização de um cargo político para acumulação de prestígio técnico familiar); o que lhe foi aconselhado (por aquele que lhe sucederia) que não o fizesse (jornal Zero Hora, 02/01/99: p.10).

O projeto de Segurança Pública proposto pelo atual secretário de Justiça e da Segurança foi sem dúvida alvo de predileção para os ataques ao governo do PT, viabilizadas pelo espaço conferido pela mídia a este “assunto”. Seguindo a perspectiva de um “comando participativo” (coerente com o slogan do PT e seus coligados: “governo participativo e democrático”), o secretário apresentou a iniciativa de concepção de um “sistema único de polícia” em que as academias de polícia civil e militar funcionariam a partir de um curso de formação comum em que as seguintes questões seriam priorizadas: cidadania, direitos humanos, valorização do servidor e violência (distinguindo-se das concepções compartilhadas nesta instituição até então e expressas na seção anterior).

Além disso, outras ações da Secretaria de Segurança e Justiça (SJS) fomentaram contestações da corporação BM, todas elas noticiadas em relevo pela imprensa, que lança pronunciamentos e chama os atingidos para sua defesa ou crítica perante o “público”, depois se outorga a capacidade de apreensão da “opinião pública” e, assim, constrói os fatos socialmente relevante, qual seja as divulgadas idéias de crise e de conflito.

A síntese de algumas decisões da SJS que desagradaram a BM foi publicada em 3 de junho de 1999: “uma portaria proibindo que policiais civis ingressassem de graça em locais públicos e privados sem uma

certidão para identificação, a decisão de instituir uma ouvidoria-geral de polícia, o poder conferido a assessores da secretaria para interferirem em procedimentos policiais e, a questão mais polêmica, o esboço de uma portaria regulando o uso de armas por policiais. O projeto da portaria, determinou entre outros pontos que o agente avise ao criminoso estar armado...” (jornal Zero Hora, 03/06/99: p.5).

Vale esclarecer duas das medidas da SJS acima referidas: a criação de uma ouvidoria-geral de polícia e o controle de armas por policiais. No que diz respeito a primeira portaria, a criação de um órgão de ouvidoria-geral de polícia poderia, em última instância, avaliar os processos de policiais, constituindo-se num controle externo pois, segundo o secretário de Justiça e da Segurança as avaliações efetuadas internamente “nunca dão certo porque uma corporação, quanto mais unida e fechada for, mais protetiva de seus membros será”. Opondo-se à suspeita de falta de isenção dos julgamentos da polícia e à acusação de “corporativismo” o chefe da Polícia Civil, que aceita a iniciativa somente como mais um mecanismo de transparência das investigações, rebate: “A polícia é o órgão mais controlado que existe. Somos cobrados pelas vítimas, por advogados, pelo Ministério Público, pelo judiciário, pelos direitos humanos, pela corregedoria e pelo conselho Superior de Polícia” e, para o presidente da Associação de Oficiais: “Ao invés de prestigiar os homens que fazem a segurança, ele só sabe atacar os servidores. A BM faz seus procedimentos internos há mais de 160 anos e é a maior interessada em limpar a corporação. Essa perfumaria do secretário só mostram como o governo não tem um plano de segurança” (jornal Zero Hora, 27/05/99, p.64).

No que concerne a questão do regulamento do uso de armas por policiais, esse foi um projeto calcado basicamente nos casos noticiados pela imprensa nacional e local em que policiais usavam a arma irrefletidamente, ocorrendo casos de morte de inocentes. Buscando elevar a abrangência dos direitos humanos para todos os cidadãos (também os infratores), o projeto pautar-se-ia pelo o não uso indevido da arma, ou melhor, do uso da arma em casos limites. Sob a égide de que a “polícia é o braço armado da lei”, as resistências ao projeto pululavam ainda antes de ser este efetivado e são agravadas devido ao fato de que são medidas tomadas em portarias e não em políticas efetivas. Em defesa da idéia, cabe reproduzir as falas do deputado federal do PT reconhecido como porta-voz dos direitos humanos e cidadania:

“o objetivo do projeto que dispõe sobre o crime de abuso de autoridade pelo uso indevido de força ou arma de fogo é fazer com que a arma seja usada em apenas uma situação: quando for para salvar uma vida, incluindo a do policial. Nesse caso, é legítimo disparar. Queremos acabar com tiroteios no meio da rua e durante perseguições, por exemplo. Todos esses princípios já são estabelecidos pela ONU, num documento do qual o Brasil é signatário. Mas o país não os põe em prática nem os torna conhecidos” (entrevista para o Jornal Zero Hora, 03/06/99: p.5).

O cenário apresentado demonstra o campo de forças que dá sentido ao problema social da segurança pública no Rio Grande do Sul. Observa-se, por um lado, uma série de procedimentos adotados pelo governo do estado através dos seus porta-vozes na gestão e na produção de práticas e valores relativos ao tema. Estes empreendem esforços em estabelecer políticas de reordenação “técnica”, “cultural” e “política” e em legitimá-las mediante a fabricação de concepções calcados em símbolos compatíveis com visões de mundo compartilhadas e vivenciadas através das suas histórias individuais (luta pelos direitos humanos, crítica aos abusos e à violência do aparato policial, etc.) e coletivas (engajamento e vínculo eleitoral e político com entidades e instituições dedicadas ao tema). Por outro lado, tem-se a resistência “ideológica”, “corporativa” e “cultural” alicerçada, por sua vez, em adesões partidárias (principalmente com o governo anterior), na defesa de autonomia da instituição e dos seus critérios de valoração e definição da violência e em valores compartilhados e reproduzidos no interior da instituição (ver seção anterior). As formas de legitimação destas tomadas de posições estão lastreadas no argumento técnico (em contraposição aos resultados práticos e ao discurso ideológico do novo governo) e na defesa do pólo ordenador (polícia) em relação ao desordenador (crime).

Deste modo, a imprensa desloca para seu domínio debates antes travados no domínio propriamente político, disputando com os políticos a legitimidade para falar em nome dos “interesses gerais”, o que coloca em evidência a necessidade de pensar o próprio princípio de representação das democracias modernas.

No caso do Rio Grande do Sul, cabe mencionar que o fato de tratar-se de um governo de esquerda que prega a ênfase na participação popular, na cidadania, nos direitos humanos, entre outros, acaba se refletindo numa vigilância ainda maior por parte da mídia que se empenha em reverter o discurso político contra ele mesmo, isto é, de buscar na prática política contradições com os princípios defendidos. É exemplar quanto a isto a denúncia publicada em 13/5/99 na matéria intitulada: “Policiais denunciam descaso”. Nesta descreve-se o caso de policiais feridos durante a atuação a serviço da Brigada. No transcorrer do relato ressaltou-se o fato de que o governo empossado em janeiro, através da secretaria de segurança, não estava atendendo em termos medicamento e assistência as necessidades destes indivíduos. Na seqüência descreve-se a ocorrência de uma reunião promovida pela MJDH (Movimento de Justiça e Direitos Humanos). Nesta situação o presidente da referida instituição foi recebido pelo secretário substituto de segurança que “se irritou com a presença da imprensa e determinou que a reunião ocorresse de portas fechadas”. Como resultado é enfatizada a não obtenção das reivindicações, o caráter fechado da reunião e é reproduzido um depoimento do presidente da MJDH que teria afirmado: “Isso é uma desumanidade. Estão tratando com desrespeito e desprezo os agentes que estiveram nas ruas trabalhando pela segurança. Espero que o governo se sensibilize a

partir de agora”. Finalizando, a notícia destaca o pronunciamento de um policial militar de 31 anos que se deslocou do interior do estado até a capital para reivindicar (jornal Zero Hora, 13/05/99: p.56).

Este exemplo demonstra a tentativa de descobrir uma contradição entre o discurso de valorização dos Direitos Humanos e a “insensibilidade” do governo do estado com este valor no interior da instituição, de desvendar procedimentos de descrédito e desrespeito em relação aos membros da Brigada (não ser recebido pelo secretário) e luta por parte da Imprensa em constituir-se em ator responsável pelo problema social (contrariedade da reunião ter ocorrido de “portas fechadas”).

As estratégias (conscientes ou inconscientes) de questionamento do modelo político proposto podem também ser pensadas como estratégias de luta pelos sentidos a serem atribuídos às noções relevantes e, ao questionar um projeto político e social que tenta se impor, delineia-se aquele projeto político que se tenta impor e então se define o espaço de disputa por sentidos. Esta arena se constitui, então, por agentes capazes de dominar todos os códigos em jogo e se movimentar na decodificação dos mesmos, ou melhor, o surgimento de especialistas como o “jornalista-político” ou, como indicou Manin (1995), o surgimento do “comunicador”, isto é, o líder político devendo dominar as técnicas midiáticas e assim orientar-se por uma imagem construída e divulgada.

Para a análise do material de jornal no que tange a configuração da Brigada Militar sob novo governo e a definição de problemáticas sociais, o enfoque se direciona para o espaço de construção de “acontecimentos midiáticos” com vistas a conquistar ou conservar a condição de porta-voz legítimo da população. Neste caso, os esforços despendidos para “achar a notícia” são exemplares, e se não nos desvincularmos do pressuposto básico de que todo o recorte ou seleção do “real”, nunca é um recorte desinteressado do real, mais exemplar será e com mais tranquilidade se poderá perceber as tomadas de posição sobre a política ou, mais amplamente, sobre o mundo social.

Como exemplo disto, pode-se recorrer às matérias que seguem sobre o policiamento extensivo da Brigada. A primeira matéria divulgada em 31/10/99, cujo título é: “Policiamento Noturno é Deficiente”. Esta “chama atenção” para a “necessidade” de policiamento noturno nas principais vias na capital (Porto Alegre). O fato foi “constatado a partir de uma “ronda” feita por jornalistas, salientando através de números (quantidade de policiais nas ruas circulando) a “carência da população” quanto ao policiamento ostensivo (jornal Zero Hora, 31/10/99: p.50). Tal fato foi reforçado em matéria veiculada em 2/11/99 na sessão de “opinião do jornal” (informe especial): “A presença ostensiva dos agentes da lei – e não apenas em viaturas – é essencial para reduzir a segurança dos porto-alegrenses” (jornal Zero Hora, 02/01/99: p.2). Neste caso, observa-se a nítida incorporação do órgão de imprensa do papel de “fiscal” do governo (tarefa política

tradicionalmente ocupada pelo parlamento), sendo este um instrumento de avaliação da eficiência, de medidor das carências e mediador das necessidades da população.

7- Considerações finais

Em última análise, a abordagem adotada nos diferentes momentos da investigação procurou sistematizar e relacionar algumas dimensões raramente tratadas de forma conjunta. Quais sejam a influência das condições sociais (recursos prévios) nas escolhas, nas carreiras (possibilidade de ascensão) e nas concepções tomadas, a transmissão institucional de valores e princípios e a interferência do espaço político (governamental-mídia) sobre a instituição Brigada Militar.

O referido tratamento justifica-se devido ao fato de que se constata concomitantemente a incorporação do mundo militar nos agentes que compõem a instituição assim como as influências externas (sociais, culturais, escolares, familiares, etc.) na adaptação e no êxito perante a carreira militar. Deste modo, a assimilação e a eficácia da socialização (estilos de vida e valores) militar depende não exclusivamente das políticas empregadas mas também (e com igual peso) de indivíduos predispostos socialmente a serem germinados pelo “espírito militar”.

Por fim, a dinâmica interna à Brigada é condicionada historicamente pelo estado do campo político. A forma de explicitação e de significação das concepções sociais que são acionadas na atividade prática está em constante redefinição, principalmente por meio do trabalho de *experts* no tema que ocupam posições de comando na Brigada e posições de produtores de políticas públicas no governo estadual. Nesta arena política, no atual modo de funcionamento do espaço político em democracias contemporâneas, um novo ator, a mídia, ganhou legitimidade de falar, avaliar e fiscalizar incidindo diretamente na correlação do jogo político e contribuindo na afirmação dos critérios de autoridade para agir nesta “área social”.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- Bayle, Jean-Louis 1981 “La police dans le système politique” In: *Revue Française de Science Politique* (Paris), vol.31, n.º 3.
- Benevides, Maria Vitória 1983 *Violência, povo e política: violência urbana no noticiário da imprensa* (São Paulo: Brasiliense).

- Borges, Geraldo Coimbra 1990 *História e Evolução do Ensino na Brigada Militar* (Porto Alegre: Presença).
- Bourdieu, Pierre 1996 (1982) *A economia das trocas lingüísticas*. (São Paulo: Edusp).
- Bourdieu, Pierre. 1998 (1979) “Os três estados do capital cultural” In: Coutinho, Afranio et alli 1998 *Escritos de educação* (São Paulo: Vozes).
- Bretas, Marcos Luiz 1997 *Ordem na cidade. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930* (Rio de Janeiro: Rocco).
- Champagne, Patrick 1998 (1981) *Formar a opinião: o novo jogo político* (Petropolis:Vozes).
- Favre, Pierre e Jobart, François 1997 “La police comme objet de science politique” In: *Revue Française de Science Politique* (Paris), vol. 47, n.º 2.
- Jobert, Bruno 1992 “Représentations sociales, controverses et débats dans la conduite des politique publiques” In: *Revue Française de Science Politique* (Paris), vol.42, n.º2.
- Jornal Zero Hora (Porto Alegre, janeiro de 1999 a dezembro de 1999).
- Lenoir, Remi 1996 (1989) “Objeto Sociológico e Problema Social” In: Champagne, Patrick 1996 (1989) *Iniciação à prática sociológica* (Rio de Janeiro: Vozes).
- Love, Joseph 1978 (1971) *O Regionalismo Gaúcho* (São Paulo: Perspectiva).
- Manin, Bernard 1995 *Principes du gouvernement représentatif* (Paris: Flammarion).
- PINTO, Céli 1986 *Positivismo: um projeto político alternativo (RS:1889-1930)* (Porto Alegre: L & PM).
- Pinto, Louis 1996 (1989) “A experiência vivida e a exigência científica de objetividade” In:CHAMPAGNE et alli.1996 (1989) *Iniciação à Prática Sociológica* (Rio de Janeiro: Vozes).
- Uricoechea, Fernando 1978 (1976) *O minotauro imperial* (Rio de Janeiro e São Paulo: Difel).

Weber, Max 1993a (1919) "A política como vocação" In: *Ciência e Política: duas vocações* (São Paulo: Cutrix).

Weber, Max 1993b (1918) "Conferência sobre o Socialismo" In.: FRIDMAN, Luis Carlos (Org.) *Socialismo* (Rio de Janeiro: Relume Dumará).